



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **CABO DE SANTO AGOSTINHO – 1ª VARA CÍVEL**  
TIPO: **APELAÇÃO CÍVEL**  
PROCESSO Nº: **0294267-2**  
APELANTE: **YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A**  
APELADO: **EMGUAL EMPREENDIMENTOS GUADALUPE LTDA**  
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**EMENTA:**

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO DEVEDOR PRINCIPAL. OBRIGAÇÃO PERMANECE CONTRA DEVEDOR SOLIDÁRIO. EMBARGOS MONITÓRIOS IMPROVIDOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR ELEVADO. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO. A UNANIMIDADE.**

- A Recuperação Judicial de devedor principal não suspende o direito do credor cobrar dos coobrigados.
- Os efeitos da novação se operam em face do obrigado principal, mas todas as garantias dos credores restam intocadas.
- A garantidora, devedora solidária da obrigação contratual, pode ser demandada em ação monitória.
- Devidamente instruída a inicial com a Escritura Pública de Abertura de Crédito e demonstrativo da atualização das parcelas.
- Improcedência dos Embargos monitórios e prosseguimento do feito, com a conversão do mandado inicial em executivo.
- Inversão do ônus da sucumbência.
- Revisão dos honorários advocatícios pelo critério da equidade quando o valor fixado destoava da razoabilidade, revelando-se exagerado, como é o caso dos autos.
- Apelo parcialmente provido, a fim de desconstituir a sentença proferida, com a improcedência dos Embargos opostos e prosseguimento do feito, com a conversão do mandado inicial em mandado executivo, invertendo-se o ônus da sucumbência, condenando a Apelada a pagar as custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em R\$10.000,00 (dez mil reais).

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0294267-2, figurando como Apelante **YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A**, e como Apelado **EMGUAL EMPREENDIMENTOS GUADALUPE LTDA**; **ACORDAM** os Desembargadores desta **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**, à unanimidade de votos, em **DAR PROVIMENTO AO RECURSO**, desconstituir a sentença proferida, com a improcedência dos Embargos opostos e prosseguimento do feito, com a conversão do mandado inicial em mandado executivo, invertendo-se o ônus da sucumbência, condenando a Apelada a pagar as custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em R\$10.000,00 (dez mil reais), tudo em conformidade com o Termo de Julgamento e voto do Relator, que revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Recife,

10-06-2014

  
**DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**  
- Relator -



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

237

ÓRGÃO JULGADOR: **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **CABO DE SANTO AGOSTINHO – 1ª VARA CÍVEL**  
TIPO: **APELAÇÃO CÍVEL**  
PROCESSO Nº: **0294267-2**  
APELANTE: **YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A**  
APELADO: **EMGUAL EMPREENDIMENTOS GUADALUPE LTDA**  
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**RELATÓRIO:**

---

Trata-se de Apelação interposta em face de sentença proferida (fls. 210/214) nos autos da Ação Monitória, de nº 0004405-42.2010.8.17.0370, que julgou procedentes os embargos opostos, extinguindo a monitória ante a inexigibilidade do título.

A Sociedade Yara Brasil Fertilizantes, ora Apelante, em suas razões recursais de fls. 216/219, alega que o plano de recuperação judicial da devedora principal, homologado pelo juízo, não modificaria as garantias das obrigações novadas, que seriam mantidas, razão por que permanceriam intocados os direitos do credor contra os co-devedores solidários.

Afirma que seria cabível a propositura de Ação monitória em face do devedor solidário, requerendo a reforma da sentença proferida, com a total inversão dos embargos monitórios e inversão do ônus da sucumbência.

Contrarrazões ao apelo às fls. 222/230, pela manutenção da sentença proferida.

É o relatório.

Ao Ilustre Revisor.

Recife, 09 - 04 - 2013

  
**DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**  
- Relator -



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **CABO DE SANTO AGOSTINHO – 1ª VARA CÍVEL**  
TIPO: **APELAÇÃO CÍVEL**  
PROCESSO Nº: **0294267-2**  
APELANTE: **YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A**  
APELADO: **EMGUAL EMPREENDIMENTOS GUADALUPE LTDA**  
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**VOTO:**

---

Analisando os autos, observo que a Apelante promoveu Ação Monitória, pautada em Escritura Pública de Abertura de Crédito, entre a sociedade Apelante e a Usina Bom Jesus S/A (em recuperação judicial), em que a Apelada figura como devedora solidária.

É incontroverso que a Recuperação Judicial proposta perante a 1ª vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho foi devidamente homologada e, como é sabido, em regra, o processamento da recuperação judicial suspende o curso das execuções em face do devedor, conforme previsão constante do Art. 6º, da Lei nº 11.101/2005, que estabelece:

Art. 6º. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

Todavia, tenho que a suspensão atinge apenas o devedor em regime de recuperação judicial, prosseguindo contra os coobrigados (devedores solidários), nos termos do Art. 49, §1º, da mencionada Lei, nos seguintes termos:

Art. 49.

§1º. Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.

Ora, excepcionalmente a suspensão poderá atingir terceiro, como no caso de sócio de responsabilidade ilimitada, o que, entretanto, não é o caso dos autos, eis que a Apelada é garantidora da obrigação, na qualidade de devedora solidária de todas as obrigações assumidas pela devedora principal (Cláusula Oitava, fls. 77).

É que os efeitos da novação se operam em face do obrigado principal, mas todas as garantias dos credores restam intocadas. Dessa forma, como a Apelada figurou como garantidora e, portanto, devedora solidária, no título que aparelha a presente monitoria, é válida a pretensão.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

A garantia do credor, prestada solidariamente, permanece preservada, e pode ser exercido o direito de ação e cobrança em face do devedor solidário, como no presente caso, com expressa previsão legal nesse sentido.

Sobre o assunto, colaciono os seguintes julgados, *in verbis*:

DIREITO EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO AJUIZADA EM FACE DE SÓCIO-AVALISTA DE PESSOA JURÍDICA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PENHORA VIA BACEN-JUD. ESGOTAMENTO DOS MEIOS APTOS A GARANTIR A EXECUÇÃO. DESNECESSIDADE. 1. O caput do art. 6º da Lei n. 11.101/05, no que concerne à suspensão das ações por ocasião do deferimento da recuperação, alcança apenas os sócios solidários, presentes naqueles tipos societários em que a responsabilidade pessoal dos consorciados não é limitada às suas respectivas quotas/ações. 2. **Não se suspendem, porém, as execuções individuais direcionadas aos avalistas de título cujo devedor principal é sociedade em recuperação judicial, pois diferente é a situação do devedor solidário, na forma do § 1º do art. 49 da referida Lei. De fato, "[a] suspensão das ações e execuções previstas no art. 6º da Lei n. 11.101/2005 não se estende aos coobrigados do devedor"** (Enunciado n. 43 da I Jornada de Direito Comercial CJP/STJ). 3. [...]. (REsp 1269703/MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, Jul. em 13/11/2012, DJe 30/11/2012, sem grifos no original).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. **A suspensão ocorre somente em relação à empresa que se encontra em recuperação judicial, não se estendo à pessoa dos devedores solidários no título executivo. O disposto no art. 6º da Lei nº 11.101/05 não abrange ao ora agravante, garantidor solidário da obrigação. Precedentes do STJ e deste Tribunal de Justiça.** [...]. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. (AI 70051775138, TJRS, 11ª Câmara Cível, Rel. Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, Jul. em 12/12/2012, sem grifos no original).

Destarte, corroboro com o posicionamento da jurisprudência acostada, na medida em que o fato do crédito em questão se encontrar inserido no Processo de Recuperação Judicial, não obsta o ajuizamento de cobranças em face de devedora solidária; assim como a novação decorrente da homologação do Plano também não a aproveita.

Dessa forma, melhor sorte não assiste a Apelante, na medida em que os direitos de cobrança à Apelada permanecem intactos, podendo ser exercidos, como na presente Ação Monitória manejada contra a devedora solidária.

A Apelante instruiu a inicial com a Escritura Pública de Abertura de Crédito Rotativo firmada, em que a Apelada consta como garantidora do débito, devidamente assinada, e com o demonstrativo da atualização das parcelas devidas (fls. 08).

Nesse contexto, de rigor a procedência do pedido autoral.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

Ao reverso, quanto aos honorários advocatícios, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou reiteradas vezes admitindo "excepcionalmente a revisão dos honorários pelo critério da equidade quando o valor fixado destoava da razoabilidade, revelando-se irrisório ou exagerado" (AgRg no Ag 1.023.230/RS, Rel. Sidnei Beneti, DJe de 30/09/2008. No mesmo sentido EDcl no AgRg no Ag 1.356.245/PR, 2ª Turma, Rel. min. Herman Benjamin, DJe de 15/09/2011; e REsp 944.881/ES, 6ª Turma, Rel. Min. Celso Limongi, DJe de 28/06/2010).

Assim, considerando o elevado valor que resultaria do emprego do percentual consignado sobre o valor da causa, conforme arbitrado na decisão de primeiro grau, tenho que é o caso de aplicar o entendimento acima consignado, revisando o *quantum* determinado, reduzindo-o, estabelecendo-o em valor fixo, com base no que dispõe o Art. 20, §4º, do CPC.

Pelo exposto, em face da desconstituição da sentença combatida, inverte o ônus sucumbencial, a fim de condenar a Apelada ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em R\$10.000,00 (dez mil reais).

Por todo o exposto, **DOU PROVIMENTO** ao presente apelo, a fim de desconstituir a sentença proferida, com a improcedência dos Embargos opostos e prosseguimento do feito, com a conversão do mandado inicial em mandado executivo, invertendo-se o ônus da sucumbência, condenando a Apelada a pagar as custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em R\$10.000,00 (dez mil reais).

É como voto.

Recife,

  
**DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**  
- Relator -



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete do Des. Stênio Neiva Coêlho



PRIMEIRA CAMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº: 294267-2	1ª Vara Cível da Comarca de Recife
Apelante:	Yara Brasil Fertilizantes S/A
Apelado:	Emgual Empreendimentos Guadalupe Ltda
Relator:	Des. Roberto da Silva Maia
Revisor:	Des. Stênio Neiva Coêlho

## DESPACHO

Revistos.

Incluem-se em pauta.

Recife, 22 de abril de 2014.

  
Stênio Neiva Coêlho  
Desembargador Revisor